

## A trajetória de Páscoa Vieira: uma perspectiva atlântica sobre a Inquisição.

*Letícia Victória ALVES BORBA*<sup>1</sup>

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Tradução: Lígia Fonseca Ferreira, Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Letras/Português da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Integrante do Núcleo de Estudos Inquisitoriais na Amazônia (NEIAM). Marabá, PA. Brasil. LATTES: 3331204357521876 E-mail: leticiavictoria@unifesspa.edu.br

Durante o intenso período de atuação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal (1536-1821), inúmeras pessoas foram perseguidas, punidas e julgadas por cometerem crimes considerados heréticos pelo aparelho inquisitorial português. Este fenômeno obteve marcante importância na Europa Moderna, oportunizando instrumentos de estudos abundantes e variados aos historiadores que se dedicam a esta temática (PAIVA, 1992). Por este ângulo, a partir da década de 1990, presenciou-se uma reorganização nas abordagens ligadas aos estudos historiográficos sobre a Inquisição portuguesa, já que, a contar deste período, além das vastas pesquisas sobre os perseguidos por esta instituição, deu-se também destaque para investigações acerca do funcionamento deste aparelho, assim como suas redes de comunicação em escala atlântica. Nesse contexto, o livro aqui resenhado ilustra estas renovações críticas e metodológicas que passam a considerar o Atlântico como um espaço de ligação, dando ênfase às ações do aparelho inquisitorial nas colônias fora do território português.

Trata-se do livro *Páscoa Vieira diante da inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII* (2020), onde a historiadora Charlotte de Castelnau-L'Estoile busca reconstituir, através da documentação inquisitorial, a vida de uma mulher incriminada pelo Santo Ofício devido ao crime de bigamia, tendo em vista que esta casou-se pela segunda vez no Brasil estando ainda vivo, em Angola, o seu primeiro marido. Destaca-se o modo como a autora realiza uma “pintura historiográfica” dos processos de colonização presentes nos cenários pelos quais Páscoa transitou, como o Brasil e Angola, revelando ainda como se dava a ação da Inquisição nestes territórios. Desta forma, ao considerar-se que a vida desta personagem é “menos excepcional do que exemplar” (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2020, p. 18), observa-se que este não é um caso isolado na história, e sim uma representatividade do contexto geral em que a mulher retratada estava inserida.

Nessa conjuntura, ressalta-se que a autora indica ter tido contato inicial com o processo de Páscoa a partir de um arquivo da Torre de Tombo em Lisboa. Ao se considerar que esta já estava habituada às pesquisas de acervos documentais portugueses desde os anos 1990, o leitor pode se questionar sobre o porquê deste caso em específico ter-lhe chamado atenção, esta dúvida é solucionada no prólogo da edição analisada, onde é revelado que:

Seu interesse inicial recaiu sobre o modo como os jesuítas atuaram para converter os índios brasileiros, mas foi se concentrando sobre os embates suscitados pela imposição do casamento cristão aos índios e africanos nos séculos XVI e XVII. Por isso buscou os autos inquisitoriais relacionados ao tema, que permitem acompanhar tanto as discussões teológicas e jurídicas no âmbito da Igreja, quanto as ações e reações das populações ameríndias e dos escravizados trazidos da África ou nascidos no Brasil (LARA, 2020, p. 12).

Segundo esta corroboração, cabe ser evidenciado que Páscoa foi uma das inúmeras pessoas acusadas pelo crime de bigamia, estes eram suspeitos de uma leve heresia contra a fé católica, pois, ao se casar de novo, haviam pecado contra o sacramento do matrimônio, considerado pela Igreja como indissolúvel, esta era a segunda causa dos processos mais perseguidos pela instituição, depois apenas do judaísmo (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2020). A partir desta tratativa, a autora destaca que os fólios deste processo foram transcritos por um escrivão da Inquisição e a voz da acusada, silenciada na maior parte do processo, aparece indiretamente e ganha relevância apenas em seu julgamento, onde seu depoimento é exposto em frente aos juízes. Neste caminho se segue a narrativa de Castelnau-L'Estoile (2020), já que ao fazer uma exposição muito mais historiográfica do que literária, a autora se mostra mais empenhada em realizar uma recriação dos passos que cercam o processo do que a própria perspectiva da personagem explorada, mesmo que esta ganhe um protagonismo que quebre o silenciamento histórico ao qual foi condicionada.

Páscoa Vieira nasce em Massangano, na segunda metade do século XVII, e cresce no seio de uma família de portugueses na África, cenário que representa as nuances existentes em um contexto de dominação colonial, pois apesar de conviver com sua língua e costumes nativos, é exposto que a personagem principal foi batizada dentro dos ritos católicos, casando-se com um homem que partilhava desta mesma condição em uma cerimônia católica celebrada por um capuchinho italiano, fato que revela a complexidade missionária e política da África Central, já que no decorrer do processo os inquisidores passam a avaliar os poderes conferidos pelo papado a estes missionários apostólicos. É a contar deste enredo que a personagem formula seu argumento de defesa ao revelar que a cerimônia se tratou de uma simples “troca de anéis”, na busca de invalidar este matrimônio aos olhos da Igreja.

Ao apresentar uma tensa relação com sua família de origem, algo que se revela nas constantes fugas que cometeu, ela é vendida a um tabelião da cidade de Salvador, no Brasil. Ao chegar na cidade, Páscoa logo estabelece relações com Pedro Arda, algo que demonstra a criação de novos laços afetivos nos países aos quais eram encaminhados milhares de escravos da época, fato que justifica, de certa forma, o intenso número de casos julgados por bigamia. A personagem é delatada por seu próprio dono, pressionado por pessoas que conheciam a mulher e que sabiam de seu antigo casamento. Este “medo” que resultou nesta acusação é ilustrativo do aparato inquisitorial da época, pois “Assim como a Inquisição medieval, a base sob a qual se apoiava a Inquisição moderna era a denúncia” (NOVINSKY, 1982, p. 58). Portanto, se o senhor não denunciasse sua cativa, ele mesmo seria considerado cúmplice do crime e conseqüentemente suspeito aos olhos do tribunal.

A partir deste quadro de exposições, a perspectiva dos estudos afro-brasileiros se destaca nas investigações da autora em relação à Páscoa e sua vida junto à família de seus senhores, algo que ilustra como as relações de poder da época eram atravessadas por inúmeras “faces hierárquicas”, demarcadas pela cor, dinheiro e nascimento. Desta maneira, a obra abre ainda caminho para o entendimento das relações senhoriais e religiosas, assim como a capacidade de articulação de mulheres que, assim como Páscoa, resistiram por diversos meios contra as violências das quais foram vítimas, como o contra inquérito formulado por esta e expresso por seu parceiro para que permanecessem juntos. Para além disto, nota-se a meticulosidade da autora em relação à reconstrução dos procedimentos do Santo Ofício, assim como sua cautela e articulação em desenvolver investigações de caráter mais local, algo que comprova que:

Hoje sabemos que a Inquisição interferiu profundamente na vida colonial durante mais de dois séculos, atingiu as regiões mais distantes e perseguiu portugueses residentes no Brasil e brasileiros natos, do Amazonas até a colônia do Sacramento, e as leis racistas estão textualmente registradas na legislação portuguesa (NOVINSKY, 1982, p. 75).

Por fim, ao destrinchar e expor cuidadosamente os estágios da perseguição sofrida por Páscoa, demonstrando também um enquadramento historiográfico destes passos, a autora prova que a restauração de fatos históricos por meio de uma abordagem narrativa é um válido modo de explicar as ações tomadas pela Inquisição, e apesar de não

realizar uma comparação geral do número de processados brancos e livres que foram acusados pelo crime de bigamia em relação à quantidade de cativos negros e africanos a obra ainda sim é de grande importância para o contexto atual, tendo em vista que desperta importantes e inquietantes reflexões e questionamentos sobre o contexto político, histórico e social em que se desdobra a trama.

### Referências bibliográficas

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Tradução: Lígia Fonseca Ferreira, Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LARA, Sílvia Hunold. *Dois mulheres*. In: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Tradução: Lígia Fonseca Ferreira, Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

NOVINSKY, Anita. *A Inquisição*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 35-90.

PAIVA, José Pedro. *Práticas e crenças mágicas: o medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra (1650-1740)*. 1. ed. Coimbra: Livraria Minerva, 1992. p.13-76.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/12/2023  
Aprovado em: 10/05/2024